

O ARGUMENTO DE INCLUSÃO NO VESTIBULAR DA UFRN

Dickson de Medeiros Sales*

RESUMO

Este artigo aborda temas referentes a dados estatísticos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e seu órgão seletivo, a Comperve (Comissão Permanente de Vestibular), entre 2000 a 2010. Comenta ainda os números tímidos do acesso dos alunos da rede pública estadual. Da mesma forma, se abordam também os resultados ainda incipientes do “argumento de inclusão” da UFRN que visam aumentar o número de matrículas dos alunos da rede pública. Discute-se resumidamente razões que influenciam na baixa qualidade de ensino dos alunos da rede pública estadual.

Palavras-chaves: Ensino Superior; Educação Pública; Argumento de Inclusão; Exclusão Social.

*Geógrafo – Governo do Estado (RN) e Prefeitura de Macaíba (RN)

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Especialista em Gestão dos Processos Educacionais

Instituto de Educação Superior Presidente Kennedy

dmsales@ig.com.br

INTRODUÇÃO

O presente artigo visa explorar o acesso do aluno da rede pública do Rio Grande do Norte (notadamente a rede estadual) à Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN.

O acesso do aluno da rede pública ao ensino superior, há décadas, vem se tornando um drama para os alunos mais carentes depois da universalização do ensino público. Este acesso dos alunos da rede pública básica brasileira e do Rio Grande do Norte ao nível superior de ensino é uma das problemáticas mais destacadas na realidade presente sobre a inserção social no Brasil.

As informações que aqui se mostra visam, através de dados estatísticos, fazer a discussão da injusta oferta de vagas da UFRN para a clientela pública. Apesar dos recentes esforços, ver-se-á que a análise dos dados estatísticos ao longo de dez anos, disponibilizados pela UFRN, mostram que os resultados ainda são tímidos e precisam ser melhorados.

As universidades públicas se transformaram em celeiros de alunos das classes sociais mais privilegiadas e fomentadoras da exclusão social vigente no país, ao selecionar alunos como “minorias” das classes sociais menos privilegiadas.

Há décadas, o Brasil discute a adoção de cotas raciais e sociais para a diminuição destas disparidades sociais, mas ao que se sabe, poucas instituições públicas (RODRIGUES, 2005) têm implementado medidas que contornem essa realidade em vigor há séculos.

Discute-se a realidade ainda presente destas desigualdades do aluno da rede pública estadual do Rio Grande do Norte desde 2002 – conforme documentos da Comissão Permanente do Vestibular – Comperve, até hoje (2010), onde pouco se avançou para a inclusão do aluno da rede pública estadual.

Apesar das medidas para amenizar o problema, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), com o “argumento de inclusão”, ainda não consegue dividir oportunidades com o aluno da rede pública estadual em cursos considerados mais rentáveis como medicina e direito.

Ver-se-ão aqui dados estatísticos que comprovam um maior acesso do alunado das escolas públicas de 2008 para 2010, porém, mais pelo aumento do número de vagas do que pelo argumento de inclusão, que só em 2010 pôde ser considerado mais eficaz.

DESENVOLVIMENTO

Metodologia

O presente trabalho se baseia em documentos digitais da Comperve, nos anos de 2002 a 2010. Alguns dados, chamados de cruzados, dispunham resultados de 2000 a 2010.

A abordagem exploratória e analítica se desenvolveu em assuntos dos mais variados, como: percentuais de aprovação dos alunos da rede pública e privada; percentuais de acertos das provas; renda familiar; argumento de inclusão; escolas com maior nível de aprovação nos cursos de medicina, direito e engenharia civil; evolução dos números de acesso do aluno da rede pública, dentre outros.

A metodologia consistirá em:

- a) Explorar as variáveis dos anos 2000 a 2010, sobre a entrada dos alunos da rede pública do Rio Grande do Norte (RN) na UFRN em comparação aos alunos da rede particular, bem como identificar os percentuais da rede pública federal em relação à rede pública estadual;
- b) Preservar o foco principal da pesquisa: de 2002 até 2008, somente cerca de 27 a 30% dos alunos das escolas públicas estaduais ingressavam na UFRN;
- c) Mostrar como situação de contexto do estudo de caso a evolução dos percentuais do ano 2002 a 2010;
- d) Teorizar que, apesar das melhorias do acesso do aluno da rede pública à UFRN, a deficiência do ensino público pode ser identificada em alguns pontos;
- e) Explicar que os dados estatísticos mostram a tendência atual que poderá ser mudada através de mais dispositivos de inclusão ou de melhoria da rede pública.

Objetivos

- Apresentar a realidade ainda excludente da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) com relação ao acesso dos alunos oriundos da rede pública;
- Mostrar os avanços ainda que tímidos, do Argumento de Inclusão da UFRN;
- Incentivar a continuidade e aperfeiçoamento do Argumento de Inclusão;
- Relatar a precariedade da qualidade da rede pública em relação a particular para os cursos mais rentáveis.

Referencial Teórico

O presente artigo, na sua abordagem mais subjetiva, está baseado em referenciais teóricos sobre o tema, bem como em dissertações e teses.

Cita-se principalmente e abordam-se aqui duas coletâneas: *Educação e Desigualdades Sociais no Brasil* (LEVIN, 1984) e *Acesso e Permanência no Ensino Superior: Cotas raciais e étnicas* (Câmara dos Deputados, 2004). Outras bibliografias entram como subsídio, visto exigüidade de espaço.

A primeira traz artigos e estudos de diversos autores, como: Levin, Costa, Solari, Leal, Miranda, e Velloso. A segunda traz contribuições de diversos deputados federais em Audiências públicas de 2004, bem como de personagens como – anos depois – o polêmico Timothy M. Mulholland, à época vice-reitor da UNB e Tarso Genro, ex-ministro da Educação.

Nestas duas obras, fez-se um retrospecto desde a década de 1980 até a década contemporânea de como era tratado o tema da educação pública superior no Brasil e o que tem evoluído até os dias atuais, já que um novo componente tem sido inserido no debate, as cotas.

De acordo com Levin (1984, p. 22) uma das principais razões da dificuldade de acesso ao ensino superior vinha do poder aquisitivo:

[...] estimativas de distribuição de renda para 1972 sugerem que os 20% mais ricos da população estavam recebendo aproximadamente dois terços da renda nacional, enquanto os 20% mais pobres recebiam apenas por volta de 2% - uma disparidade bastante acentuada, portanto. Ademais, entre 1960 e 1976, os 10% mais ricos da população tiveram sua participação na renda nacional acrescida de aproximadamente 40% para os 50%, enquanto que os 10% mais pobres da população tiveram sua participação reduzida de aproximadamente 2% para 1%.

O autor trata da educação no Brasil e suas desigualdades. Não se pode entender o processo excludente de acesso ao ensino superior, se não for contemplada a análise histórica das desigualdades sociais no Brasil. Ainda que tenha havido melhoras recentes no poder aquisitivo dos brasileiros mais pobres, informes de abril de 2010 ainda mostram o Brasil como um dos países mais desiguais do mundo, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU).

Dados de 2004 da Universidade de São Paulo (USP) demonstram que as universidades públicas brasileiras, de maneira geral, ainda são redutos das classes mais privilegiadas, conforme vemos na composição étnica descrita por Frei David¹ (Câmara dos Deputados, *Acesso e Permanência no Ensino Público*, 2004):

¹ Frei David (David Raimundo dos Santos) nasceu no dia 17 de outubro de 1952, na cidade mineira de Nanuque. Depois, seguiu para o estado do Rio de Janeiro, onde, em Petrópolis, fez sua formação religiosa sacerdotal cursando Teologia e

[...] verifica-se em quase todas as universidades federais. Etnias de alunos: indígenas, 0,48%; outros, 0,50%; pretos, 1,3%; pardos, 8,34%; amarelos, 9,84%; brancos, 79,54% Quando olhamos os cursos de elite, como medicina, direito e engenharia, quase não há negros, quase não há pobres. É bom que os senhores entendam que, na rede pública superior do estado de São Paulo, em 1968, 57% dos que nela ingressavam vinham da rede pública: em 1993, o índice caiu para 32,5 %; em 1998, para 21%; em 2000, para 19%. Ou seja, o aluno pobre da rede pública estava sendo jogado para fora do sistema de ensino superior federal e estadual. E os reitores, homens de grande saber não queriam enxergar isso. Essa questão deve ficar bem patenteada.

Frei David relatou esses dados na Audiência Pública da Câmara dos Deputados em 15/06/2004, sobre o sistema de cotas em instituições de ensino superior.

Embora o presente trabalho não tenha como assunto principal as cotas, o livro trata também do acesso ao ensino superior, tendo como a outra coletânea citada bastante singularidade.

Ainda de acordo com o autor, temos três grandes temáticas que evoluem o tema do acesso do aluno da rede pública ao ensino superior: 1. Pequeno percentual de alunos de etnias de pouco poder aquisitivo; 2. A quase exclusão dos cursos mais rentáveis como medicina e direito; 3. A diminuição gradativa da aprovação dos alunos da rede pública paulista no ensino superior federal e estadual.

Estes temas estarão sendo desenvolvidos mais adiante, embora seja bom esclarecer que a última parte dos apontamentos de Frei David (2004) merece de pronto algumas considerações.

Filosofia. Desde o Seminário Franciscano de Petrópolis, Frei David sofreu a influência da Teologia da Libertação, que pregava que a Igreja Católica deveria estar mais próxima dos setores da população pobre. Também foi eleito, tempos depois, membro da Secretaria Executiva Latino-Americana da Pastoral Afro-Latina Americana e Caribenha. Lançou pela Editora Vozes o Calendário Beleza Negra e as Coleções Negras em Libertação. No início dos anos 90, Frei David descobriu, juntamente com agentes pastorais, que havia uma razão para o empobrecimento da população negra: a dificuldade na formação escolar. Por isso, foi criado o Educafro – Cursinho Pré-Vestibular destinado a negros e carentes. Nos debates no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, ele tem participado ativamente, juntamente com integrantes do Educafro.

Fonte: Marco Antonio dos Santos/Gazeta de Bebedouro-SP.

Enquanto as afirmações de que, em 1968², em São Paulo, 57% dos alunos que ingressavam no ensino superior eram da rede pública, em 2000 correspondiam somente a 19%. Deve ser ponderada que, em 1968, a rede pública paulista, e de outros estados brasileiros, tinha boas escolas na rede pública municipal e estadual, bons professores e boa organização pedagógica e administrativa. Lembrando também, que a escola da década de 1960 era excludente não dando as mesmas oportunidades a todas as classes sociais de fazer parte da mesma. Ou seja, a universalização do ensino e das vagas ainda estava se formando.

Contudo, um detalhe é preocupante nos dados do ano 2004 de Frei David. Mesmo que em 1968 fosse outro “estudo de caso” em relação à realidade da escola pública brasileira (àquela época), vemos que o ensino público paulista estava em 2000 (Câmara dos Deputados, Acesso e Permanência no Ensino Público, 2004) em queda livre (19%) para o acesso ao ensino superior nas instituições superiores públicas. Percentual inclusive inferior aos alunos da rede pública que conseguiriam entrar na Universidade Federal do Rio Grande do Norte em 2004 - 35,1% - candidatos somente das escolas estaduais e federais.

Os estados do Rio Grande do Norte e São Paulo têm os mesmos problemas na qualidade das redes estaduais de ensino e no ingresso dos seus alunos no ensino superior. Esta realidade é comprovada, conforme dados expostos em Audiência Pública na Câmara dos Deputados, relatados há pouco e dados da COMISSÃO PERMANENTE DO VESTIBULAR (Comperve), órgão da UFRN responsável pelo vestibular.

Resultados

Análise dos dados estatísticos da UFRN acerca da evolução do Vestibular

A evolução dos dados da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) pode ser observada através de registros estatísticos da Comperve e que estão disponíveis no site da mesma (ver na bibliografia).

Estes dados estão em arquivo PDF que datam de 2002 a 2010, além de inúmeros dados cruzados (a partir do ano 2000) no mesmo site que podem ser observadas *on-line* e comparadas, as variáveis do perfil dos aprovados, tais como: tipo de escola, renda familiar, frequência a cursinhos, em qual tentativa conseguiu aprovação, dentre outras.

² Em 1968, o Brasil vivia sob o Governo Militar (1964-1985) e num processo de universalização do ensino público pelas camadas sociais menos abastadas. Estas vagas na época eram ocupadas pelas camadas sociais mais abastadas.

Há de se observar como assunto principal deste artigo é o acesso dos alunos da “rede estadual e municipal” do Rio Grande do Norte à sua principal universidade pública (UFRN), que poderá ter bem destacados alguns aspectos, visto que os dados do ano 2002 em diante estão à disposição da coletividade no site da referida instituição.

De 2002 a 2003, os arquivos em PDF da série “Seminário” registram os dados relativos a percentuais de aprovação das escolas e das redes particular e pública, e ainda estão bastante primários em relação aos anos 2004 a 2010. Entretanto, dos dados principais que se destacam e podem-se comparar numa análise objetiva até 2010, em 2003, 31,2% dos alunos aprovados na UFRN eram da rede pública (estadual, municipal e federal) e 59,5% correspondia à rede particular (a Comperve não informa se os 9,3% restantes referem-se a vagas não preenchidas e de outros estados).

De 2008 a 2010, houve uma grande melhora nos índices percentuais entre a rede particular e pública, ou seja, em 2009 os alunos da rede pública representaram 35,7% do ingresso à UFRN e em 2010 42,5%. Cabe elogiar a atuação do governo federal e UFRN, nesse aspecto, que em 2008 para 2009, aumentou em 41% as vagas dos vestibulandos, e de 2009 para 2010, em 11,6%. Ou seja, de 2008 para 2010 houve um significativo aumento de 57,98% no número de vagas para a UFRN. Esse aumento repercutiu nos índices de aprovação do aluno da rede pública em relação à rede privada. Porém, se observarmos os dados de 2002 a 2008 (a serem vistos mais adiante) não há grande variação na qualidade do ensino e na aprovação dos alunos da rede pública (notadamente a rede estadual), mas a partir de 2009 com um aumento de 41% nas vagas, o percentual da rede pública (e rede pública estadual) começou a se diferenciar dos anos 2003 a 2008, visto que com o argumento de inclusão – que começou a partir do vestibular de 2006 – não houve muita diferença nos índices. Por exemplo, a rede pública aprovou 33,6% em 2008, em 2003 aprovava somente 31,2%, e somente em 2009 e 2010 melhorou o índice de aprovação, 35,7% e 42,5% respectivamente, com a maior oportunidades de vagas. Outro detalhe é que desses 42,5%, 7,5% correspondem ao IFRN, ou seja, em números líquidos, os alunos da rede pública estadual e municipal corresponderam em 2010, dos alunos matriculados, somente 35% ($42,5\% - 7,5\% = 35\%$).

De acordo com o aumento de vagas entre 2008 a 2010, houve um crescimento de 2.302 (duas mil, trezentas e duas) vagas, somente o curso de Ciência e Tecnologia em 2010 ofereceu 1.120 (mil cento e vinte) vagas. O seminário de avaliação do vestibular 2010 está à disposição no site, e traz dados cruzados que podem esclarecer alguns questionamentos relativos à aprovação dos alunos da rede

pública dentro dessas “novas” vagas. Pelo grande número de vagas criado desde 2009 (1.643 vagas a mais que em 2008) dentre elas o montante disponível de 1.120 (mil cento e vinte) vagas do curso de Ciência e Tecnologia em 2010, o aluno da rede pública foi beneficiado razoavelmente com 31,5% das vagas; equivalente a 351 (trezentas e cinquenta e uma) vagas. O percentual de 2003 a 2008 dos matriculados na UFRN é tímido para os alunos da rede pública (34%). Em 2010, houve um aumento, totalizando 42,5% contra uma média de 34% de 2003 a 2008. O curso de Ciência e Tecnologia ajudou nesse percentual, pois apesar da rede pública corresponder a 31,6% do mesmo, as 351 (trezentas e cinquenta e uma) vagas correspondem a 5,5% das vagas totais (de 6.305 vagas do ano de 2010). Por isso a média da rede pública no total de matriculados aumentou. Isso pela grande oferta de vagas e não, infelizmente, pela eficiência do argumento de inclusão. Se somarmos as 2.302 vagas criadas de 2008 para 2010 e diminuirmos de 1.120 (mil cento e vinte), teremos as 1.182 (mil cento e oitenta e duas) vagas criadas em outros cursos que também trouxeram algum resultado aos alunos da rede pública para o aumento percentual de 42,5% de 2010. O argumento de inclusão de 2010 teve o melhor percentual das vagas totais para a rede pública desde que o mesmo foi criado em 2006. Somente o argumento de inclusão contribuiu com 12% dos matriculados (com 765 vagas) das 6.305 (seis mil trezentas e cinco) preenchidas. Destes 12%, temos 5,5% do curso de Ciência e Tecnologia. Daí a importância que teve esse curso com inéditas 1.120 (mil cento e vinte) vagas. O argumento de inclusão não foi a única forma de aprovação dos alunos da rede pública, pois outros que concluíram o ensino médio na rede pública foram aprovados sem requererem o argumento de inclusão. Este argumento de inclusão, com 12% das vagas para a rede pública, ajudou para que o índice da rede pública, que era de 33,6% do total das vagas, subisse para 42,5%.

No resultado de todos os cursos, este percentual se aproxima do razoável. O problema é que, em grande parte, os cursos de êxito dos alunos da rede pública ainda são os menos concorridos, tendo os mais concorridos índices de aprovação reduzidos para a rede pública. Tais índices não são menores devido ao IFRN ser considerado no mesmo percentual das escolas da rede pública estadual e municipal; semelhante aos dados de 2009 na Tabela 2 abaixo, que traz um percentual de 8,2% de alunos aprovados da rede pública federal (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFRN e Escola Agrícola de Jundiá – EAJ).

Conforme as Tabelas 1 e 2, os alunos da rede pública (em 2009), que foram aprovados, correspondiam a 35,7% contra 57,7% da rede privada e 6,6% de outras escolas e estados. Vê-se também que o número de vagas foi de 5.639 em 2009,

contra 4.005 de 2008; portanto um aumento de 41% nas vagas que beneficiou o aluno da rede pública.

TABELA 1
MATRICULADOS POR INSTITUIÇÃO ESCOLAR NO PERÍODO
2003-2010

ANO	MATRICULADOS			PERCENTUAL DE MATRICULADOS	
	REDE PÚBLICA	REDE PRIVADA	TOTAL	REDE PÚBLICA	REDE PRIVADA
2003	1156	2206	3705	31,2%	59,5%
2004	1305	2086	3713	35,1%	56,2%
2005	1258	2195	3741	33,6%	58,7%
2006	1232	2250	3817	32,3%	58,9%
2007	1542	2129	3926	39,3%	54,2%
2008	1345	2390	4005	33,6%	59,7%
2009	2013	3255	5639	35,7%	57,7%
2010	2678	3238	6305	42,5%	51,4%

Fonte: Comissão Permanente do Vestibular, 2010.




Fonte: Comperve, 2010.

Cabe ainda acrescentar sobre a Tabela 2 abaixo, são resultados deste escritor que vos escreve. Os números de alunos matriculados da rede pública de 35,7%, em 2009, podem ser vistos acima (Tabela 1). A Tabela 2 mostrará que 27,5% são da rede estadual e 8,2% da rede federal que totalizarão 35,7% da rede pública que conseguiram aprovação em 2009.

TABELA 2
INSCRITOS E APROVADOS POR INSTITUIÇÃO ESCOLAR - 2009

ESCOLA	INSCRITOS		APROVADOS	
	ABSOLUTOS	%	ABSOLUTOS	%
P.ESTADUAL	11493	45,23 %	1551	27,5 %
FEDERAL	998	3,93 %	462	8,2 %
TOTAL PÚBLICAS	12491	<u>49,16 %</u>	2013	<u>35,7 %</u>
PRIVADA	10975	<u>43,20 %</u>	3255	<u>57,7 %</u>

OUTROS	1941	<u>7,64 %</u>	371	<u>6,6 %</u>
TOTAL				
GERAL	25407	<u>100 %</u>	5639	<u>100 %</u>

Fonte: Arquivo Pessoal, 2010.

Dos 12.491 inscritos da rede pública (2009), deve-se observar ainda que enquanto os alunos da rede pública federal (IFRN e Escola Agrícola de Jundiá) representam 3,93% dos inscritos no vestibular e detiveram 8,2% de êxito na obtenção das vagas, a rede pública estadual representava 45,23% dos inscritos e obtiveram 27,5% de êxito na obtenção das vagas. Ou seja, os alunos inscritos da rede federal tiveram um rendimento de 110% em relação às vagas, enquanto os da rede estadual tiveram um decréscimo de 61% de rendimento.

Já os alunos da rede particular (2009) e outros em geral (outros estados, por exemplo), correspondem, respectivamente, a 43,20% e 7,64% dos inscritos e tiveram um rendimento de 33% e -13,5%, respectivamente das vagas.

Diante de tudo o que foi exposto acima, vemos que a qualidade e os resultados da rede estadual ainda são muito baixos em relação à rede federal e particular e outros estados. Tendo-se ainda a atentar que os dados acima são de 2009, onde já houve um aumento de 41% das vagas em relação a 2008.

Assim, não fosse o grande aumento do número de vagas em 2009 e 2010 que totaliza entre 2008 e 2010, 57,98%, os números relativos ao acesso do aluno da rede pública, notadamente da rede estadual, estariam, ao que tudo indica, ainda mais reduzidos. Acima, a Tabela 1 contém dados da melhora do percentual de aprovados na rede pública a partir de 2009.

Uma análise dos dados estatísticos da UFRN acerca dos cursos escolhidos pelos alunos da rede pública

As universidades públicas brasileiras em que pese nos últimos anos serem menos excludentes aos alunos da rede pública – a UFRN é uma exceção com o argumento de inclusão – são infelizmente, ainda, uma caixa de ressonância de décadas de exclusão social que se refletem na falta de êxito destes das vagas nos vestibulares, e mais ainda em cursos de alta competitividade como medicina, direito e engenharia civil.

TABELA 3
POLÍTICA DE INCLUSÃO DA UFRN
2003-2010

Ano	INSCRITOS		% ISENÇÃO (B/A)	MATRICULADOS	
	REDE PÚBLICA (A)	ISENTOS (B)		ISENTOS	ARG. DE INCLUSÃO
2003	9228	2880	31,2%	245	---
2004	10274	3029	29,5%	294	---
2005	11265	5481	48,7%	417	---
2006	11714	6648	56,8%	517	31
2007	11753	7194	61,2%	788	127
2008	10846	7052	65,0%	777	151
2009	12491	6735	53,9%	988	208
2010	13301	6910	52,0%	1214	765

Fonte: Comissão Permanente do Vestibular, 2010.

Fonte: Comissão Permanente do Vestibular, 2010.

Através de dados em PDF e dados cruzados *on line* (e abaixo), disponibilizados pela Comperve (acima, Tabela 3), pode-se constatar esta exclusão ainda presente do aluno da rede pública na UFRN com os dados abaixo na Tabelas 4:

TABELA 4

CURSO: Medicina – APROVADOS 2010 – ESCOLA ONDE CONCLUIU O ENSINO MÉDIO
(SOMENTE AS ESCOLAS QUE PONTUARAM)

Variáveis	Quantidade
Colégio Salesiano São José	20
IFRN	13
XXX	18
CEI - Centro de Educação Integrada	10
Colégio Ciências Aplicadas	9
Colégio Marista de Natal	5
Colégio Nossa Senhora das Neves	3
Colégio Hipócrates	3
CDF Colégio e Curso	3
Instituto Maria Auxiliadora	2
HC - Complexo Educacional Henrique Castriciano	2

Variáveis	Quantidade
Escola Estadual Winston Churchill	2
Escola Estadual Profº Anísio Teixeira	2
CAP Colégio e Curso	1
CELM - Centro Educacional Libânia Medeiros	1
Colégio Nossa Senhora da Conceição	1
Escola Estadual Santos Dumont	1
Escola Estadual Profº Edgar Barbosa	1
Itaece Complexo Educacional	1
IESC - Instituto Educacional de Santa Cruz	1
Instituto Reis Magos	1
Instituto Padre Miguelinho	1
Sociedade Educativa Zona Sul	1
Total	100
Rede Pública Estadual (7%)	07

Fonte: Comissão Permanente do Vestibular, 2010. Obs: XXX (não informado)

Pelo exposto acima vemos que não é medicina o curso que dará grandes oportunidades na UFRN ao aluno da rede estadual. Em 2010, das 100 vagas detalhadas acima, somente 07 alunos (7%) da rede estadual conseguiram ser aprovados em medicina. Número esse ajudado pelos alunos que fizeram cursinhos, que em média é de pelo menos 60% do total dos vestibulandos públicos aprovados da rede pública. Vê-se também que dos candidatos aprovados entre 2003 a 2008 para o curso de medicina, a maior parte (82,4%) deles tem renda familiar de 5 a 20 salários mínimos (ver tabela 5 abaixo), ou seja, o curso de medicina da UFRN assim como outras instituições federais no Brasil, é ainda destinado a um grupo seletivo de alunos das classes sociais mais favorecidas.

TABELA 5
RENDA FAMILIAR – MEDICINA (2000-2008)

Variáveis	Total
Até 1 salário mínimo	16
Mais de 1 até 5 salários mínimos	97
Mais de 11 até 20 salários mínimos	186
Mais de 20 salários mínimos	212
Mais de 5 até 10 salários mínimos	173
Não Respondeu	9
Total Geral	693
Total de 5 a 20 salários mínimos (nº.)	571
Total de 5 a 20 salários mínimos (%)	82,4%

Fonte: Comissão Permanente do Vestibular, 2008.

TABELA 6
RENDA FAMILIAR – PEDAGOGIA (2000-2008)

Variáveis	Total
Até 1 salário mínimo	43
Mais de 1 até 5 salários mínimos	419
Mais de 11 até 20 salários mínimos	67
Mais de 20 salários mínimos	22
Mais de 5 até 10 salários mínimos	162
Total Geral	713
Total de 5 a 20 salários mínimos (nº.)	251
Total de 5 a 20 salários mínimos (%)	35%

Fonte: Comissão Permanente do Vestibular, 2008.

As universidades públicas brasileiras são destinadas a serem locais de democratização do ensino, mas infelizmente refletem a realidade de exclusão do aluno de escola pública e de desigualdades sociais no Brasil oriundas do estado que não consegue oferecer um ensino público no ensino médio estadual competitivo com as escolas particulares na educação básica e nos processos seletivos.

É importante lembrar o esforço feito pelo IFRN para a inclusão dos alunos da rede pública, onde 50% das vagas são destinadas aos mesmos. Sendo um exemplo dentre os institutos federais no Brasil de como incluir os alunos mais carentes nas instituições públicas de maior desempenho.

Semelhante a essa prática do IFRN, já existe o projeto de lei 73/99 (a lei de Cotas) no Congresso Nacional que regulamentará em breve que todas as universidades públicas brasileiras destinem 50% das vagas a alunos oriundos da rede pública. No futuro, portanto, teremos mais igualdade entre o aluno da rede privada e da pública para cursos considerados, hoje, como de elite. Ainda que alguns vejam tais medidas como polêmicas e discriminatórias; da mesma forma há décadas tem-se um processo discriminatório do acesso do aluno da rede pública ao ensino superior, visto que semelhante à saúde pública brasileira, a educação pública básica não apresenta índices de qualidade e resultados satisfatórios para o ingresso de sua clientela no ensino superior.

Para comprovar essa tendência de exclusão, vimos acima um exemplo inverso ao de medicina no curso de pedagogia da UFRN. Ao contrário do curso de medicina, apenas 35% dos candidatos aprovados têm renda familiar de mais de cinco salários mínimos. Ou seja, 65% dos aprovados em pedagogia têm renda familiar abaixo de cinco salários mínimos. Já 82,4% dos aprovados em medicina têm renda familiar acima de cinco salários mínimos.

Podemos ver na tabela a seguir do vestibular 2006, o primeiro ano com argumento de inclusão, que os cursos abaixo, por terem candidatos da rede pública com menor poder aquisitivo e por estes já possuírem um bom nível de aproveitamento e de aprovação em relação ao número de inscritos e um índice acima de 50% de aprovação na rede pública, foram dispensados do argumento de inclusão:

**TABELA 7
CURSOS COM ARGUMENTO DE INCLUSÃO ZERO**

Cursos com Argumento de Inclusão ZERO. Nesses Cursos já são aprovados alunos da R. Pública em torno de 50%.			
Curso	Argumento de Inclusão	Faixa de Argumento de Inclusão	Ponto Médio
Filosofia (L/N)	0,00		
Letras - Língua Inglesa (M)	0,00		
Letras - Língua Francesa (M)	0,00		
Letras - Língua Portuguesa (N)	0,00		
Pedagogia (N)	0,00		
Música (MT)	0,00		
Engenharia de Materiais	0,00		
Física (MT)	0,00		
Física (N)	0,00		
Matemática (L/MT)	0,00		
Matemática (N)	0,00	0,00	0,00
Química (B/MT)	0,00		
Química (L/MT)	0,00		
Química (N)	0,00		
Ciências Contábeis - Caicó	0,00		
Geografia - Caicó	0,00		
História - Caicó	0,00		
Pedagogia - Caicó	0,00		
Matemática - Caicó	0,00		
Administração - C. Novos	0,00		
Letras - C. Novos	0,00		

Fonte: Comissão Permanente do Vestibular, 2006.

Discussão

Outra realidade da disparidade e das castas educacionais a que estamos submetidos refere-se ao nível mínimo do argumento inicial e do argumento máximo para a entrada no curso de pedagogia (N) que varia de 439,18 (um dos mais baixos da UFRN) a 624,18 (média de 2010), ou seja, a distância dos argumentos entre os alunos que são aprovados em medicina (682,56 a 766,56, 2010) e pedagogia é considerável, advindas das diferenças de renda familiar e de aprendizagem, conforme vemos nas tabelas acima e a seguir, em que a maior parte dos alunos que entraram em medicina desde 2004 (93%) têm sua formação educacional advinda de escolas particulares ou mesclando as redes públicas com as particulares, enquanto apenas 7% tiveram sua formação na rede pública. No curso de pedagogia, o inverso; 76% teve sua formação na rede pública e 23% nas escolas particulares ou particular mais pública.

Configura-se, assim, um quadro onde existem o curso dos ricos e o curso dos pobres, conforme se pode observar nas Tabelas 6 e 7, há pouco detalhadas.

A UFRN, no último vestibular (2009-2010), ofertou 6.307 vagas. Pode-se dizer que direito, medicina e engenharia civil, por exemplo, são cursos em que a maior parte dos aprovados são oriundos da escola particular. O argumento de inclusão não funcionou, por exemplo, no curso de direito matutino, os alunos da rede pública “estadual” só corresponderam a 3,6% em direito; 7% em medicina; 3% em engenharia civil. Ou seja, em 2004, 7% dos aprovados de medicina eram da rede pública federal e estadual. Quando se começou a formular o argumento de inclusão a ser implementado em 2006 - até hoje (2010) - a entrada dos alunos da rede pública “estadual” na UFRN continua tímida nos mesmos 7% em medicina, demonstrando que para a rede pública estadual, poucas mudanças ocorreram no ingresso à medicina. Da forma ocorre em cursos como direito e engenharia civil, com índices pífios de aprovação do aluno público de 3,6% e 3%, respectivamente.

Nas tabelas anteriores vimos como a origem educacional do candidato pode determinar em quais cursos os mesmos terão chances maiores de “concorrer”.

Não se está dizendo que os alunos oriundos da rede pública não têm condições de concorrer contra os alunos da rede particular, pois os mesmos não diferem muito em suas capacidades cognitivas da rede privada. Entretanto, os dados estatísticos da Comperve mostram ser improvável um aluno da rede pública “estadual” obter êxito no vestibular da UFRN em cursos como medicina, Engenharia e direito, visto a eficácia do ensino ser bastante inferior ao da particular para os cursos mais concorridos.

Aqui vemos o resultado de diversos discursos vazios que dizem que a educação não pode ser “bancária”, ou seja, apesar de não dever ser mesmo, cria-se a tendência de desvalorizar a avaliação e o ensino tradicional que prepara para os processos seletivos, fazendo do processo avaliativo do aluno apenas um registro sem maior importância. Algo parecido ocorre com a inclusão do aluno com deficiência física, onde a todo custo defende-se a inserção dos alunos cegos, surdos e mudos como algo politicamente correto. E pergunta-se, há alguém contra a inclusão de tais alunos? Obviamente não, porém, por causa da hipocrisia de se despejar alunos com necessidades especiais sem que os mesmos tenham condições de interação com o professor e o professor com eles, cria-se uma exclusão e não uma inclusão. A exclusão se configura devido a maioria esmagadora dos professores não aprenderem a se comunicar com os alunos com essas necessidades especiais. Resumindo, como diz a máxima popular, “coloca-se os carros à frente dos bois”, sem nenhuma utilidade para o processo de aprendizagem, apenas seguindo um discurso “politicamente correto”.

Da mesma forma, ocorre com a qualidade no ensino público ao se desprezar (e até fazer portarias contra as semanas de provas) os boletins e avaliações tradicionais que serão requeridas em concursos públicos. O sistema atual de vestibular já é desigual entre rede pública e privada, é um sistema por concorrência; porém os pedagogos “modernos” têm excluído as avaliações tradicionais da maior parte das escolas públicas estaduais, antes que o sistema de vestibular mude (se é que vai mudar). Ou seja, da mesma forma que na “inclusão” de alunos deficientes, estes pedagogos atuam precipitadamente, antes que as variáveis mudem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A evolução dos números de acesso do aluno da rede pública aponta para a presente exclusão social desses alunos em relação às vagas da UFRN, principalmente em cursos como direito e medicina, mesmo depois de medidas para a inclusão, como o “argumento de inclusão” utilizado pela UFRN.

A realidade do acesso ao ensino superior público pelo aluno das redes públicas estaduais e municipais tem apresentado melhoras nos últimos anos na UFRN. Apesar dessas melhoras, vê-se que as mesmas têm sido lentas desde que o “argumento de inclusão” adotado pela UFRN foi implementado em 2006.

Como já explanado neste artigo, cursos mais rentáveis continuam selecionando, na sua maioria, alunos da rede particular. Seria preciso a criação de mais oportunidades na UFRN e o aprimoramento do argumento de inclusão, visto que em muitas oportunidades o aluno da rede pública não consegue a média do

argumento mínimo do curso, por vezes em cursos que não se necessitaria de uma base tão substancial para o seu desenvolvimento na universidade. É verdade que o argumento mínimo de cada curso deve ser estabelecido para que não se ingresse num curso em que o aprovado não terá condições de acompanhá-lo, porém deve-se ver em qual situação isso deve ser adotado de forma mais criteriosa.

A Lei de Cotas deverá entrar em vigor dentro de pouco tempo, sendo preciso que a Universidade Federal do Rio Grande do Norte aperfeiçoe seu argumento de inclusão. A iniciativa da UFRN, desde 2006, do argumento de inclusão tem ajudado a alunos da rede pública no acesso ao ensino superior da mesma, principalmente no último vestibular (2010), porém é preciso uma ligação maior das universidades – em relação aos seus conteúdos – com o Ensino Médio da rede pública, compartilhando conhecimentos que serão requeridos no vestibular.

Da mesma forma que se diz que as cotas devem ser algo provisório, como foi o caso dos Estados Unidos, busca-se da UFRN um papel no mínimo provisório de auxiliar a rede pública, para que pelo menos os alunos mais dedicados possam ter uma base e apoio maior.

Um exemplo disso foi feito no processo seletivo seriado da Universidade Federal da Paraíba, onde a mesma realizava provas durante o Ensino Médio, conforme vemos no relatório onde a Comperve implantou o argumento de inclusão atual (Comperve, Política de acesso à UFRN: estudo de proposições, 2004):

No tocante às vantagens do Processo Seletivo Seriado, o presidente da COPERVE/UFPB esclareceu que a perspectiva de o candidato realizar as provas ao longo do Ensino Médio, e ao mesmo tempo ser informado sobre o seu desempenho, passou a orientar o seu comportamento no decorrer do processo seletivo. Realça que o aluno passa a perder o medo e se familiarizar mais com o processo seletivo como um todo. Igualmente, nesse sistema, “a escola é informada sobre o desempenho de seus alunos, o que permite o planejamento de ações para corrigir falhas no decorrer do processo.

Assim, políticas públicas de acesso do aluno da rede pública precisam ser melhoradas assim como outras postas em prática. Depende de nossa geração parar a exclusão social, incluindo novas gerações de alunos da rede pública, ao mesmo tempo retirando-os da marginalização social à que são submetidos. Construindo desta forma, uma sociedade mais justa, com renda e que desafoga o cenário da segurança pública.

REFERÊNCIAS

ALVES, R. **Estórias de quem gosta de ensinar: o fim dos vestibulares**. São Paulo: Arts Poética, 2005.

AVENA, Cláudio Ponde. **Acesso ao Ensino Superior e Desempenho Acadêmico: Evidências a partir da Universidade Federal da Bahia**. Salvador: Tese, 2007.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Acesso e Permanência no Ensino Superior: Cotas Raciais e Étnicas**. – Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2004. Fonte: Comissão Permanente do Vestibular, 2010.

LEVIN, Henry (Orgs). **Educação e Desigualdades no Brasil**. Petropolis: Vozes, 1984.

LOPES, Vagner. **Argumento de Inclusão vira polêmica**. Tribuna do Norte. Natal/RN, 24/01/2010.

LUKESI, Cipriano Carlos. **Verificação ou Avaliação: o que pratica a escola?** Texto com base no V Encontro de Didática e Prática de Ensino, 1988.

MAIA, A. L. S. **Análise do perfil sócio-econômico dos candidatos ao vestibular da UFBA (1993-1998)**. Salvador: [s.n.], 2000.

Revista Educação. Dossiê/Ensino Médio. **Anseio de Inovação**. São Paulo. Ed. 147, 2009, p26-28.

RODRIGUES, João Jorge Santos. **Direito e Ação Afirmativa: As políticas de ação afirmativas para afro-brasileiros. Acesso ao ensino superior**. Brasília: Dissertação, 2005.

SILVA, Luzia Geovana Maria. **Práticas Avaliativas na Escola Pública**. São Paulo: Atual. Reflexões Preliminares, 2009.

UFRN. Comperve. **Política de acesso à UFRN: estudo de proposições**. Natal: Comperve, 2004.

Universidade Federal do Rio Grande do Norte. COMPERVE. **Dados cruzados dos vestibulares de 2000 a 2010**. Tabelas 1 a 14. Disponível em:

<http://www.comperve.ufrn.br/conteudo/observatorio/index.php>.

Acesso em 12 jul 2010

http://www.comperve.ufrn.br/conteudo/observatorio/estatisticas_cruzando.php.

Acesso em 12 jul 2010.